



ORDEM DOS ADVOGADOS
CONSELHO GERAL

Proc. n.º 28/2014-CS/R

Recorrente: Dr. (...)

Recorrido: Dra. (...)

Parecer

SUMÁRIO:

1. A revelação em juízo de factos concretos de que o Advogado tenha tido conhecimento no âmbito de quaisquer negociações malogradas, orais ou escritas, em que tenha intervindo, ou porque transmitidos pela parte contrária ou seu mandatário nessa negociações, constitui violação do dever de guardar segredo profissional nos termos do disposto no Art.º 87.º, n.º 1 als. e) e f) do EOA;
2. A revelação em juízo da existência de negociações, sem qualquer referência concreta ao seu teor, só constitui violação do dever de reserva imposto pelo EOA nas referidas alíneas do Art.º 87.º, se o advogado teve conhecimento daquelas negociações porque nelas interveio ou porque tal conhecimento lhe foi transmitido pela parte contrária ou seu mandatário, e se cumulativamente tal divulgação influenciar a decisão da causa e prejudicar alguma das partes.
3. A revelação em juízo da existência de negociações, com ou sem divulgação do seu teor, cujo conhecimento adveio da informação directa do respectivo cliente, e ainda que com prejuízo para a parte contrária, não comporta violação do dever de guardar sigilo profissional.

1

I. RELATÓRIO

Vem o participante, Dr. (...), interpor recurso do douto Acórdão proferido pela 3.ª Secção do Conselho de Deontologia de Lisboa que deliberou arquivar os autos por se entender não constituírem os factos em apreciação ilícito disciplinar.

Em resumo, o processo tem início em participação disciplinar na sequência de intervenção em acção especial para cumprimento de obrigações nos termos do decreto-lei n.º 269/98. A participada patrocinava o autor e o participante patrocinava o réu.



ORDEM DOS ADVOGADOS
CONSELHO GERAL

Em concreto, os factos objecto dos autos resumem-se a alegação pela arguida em sede de articulado de “resposta” à oposição no âmbito de tal acção, o que passamos a transcrever:

“8.º

As facturas foram sucessivas e efectivamente recebidas pela ré, factos confirmados ao longo do tempo, por diversas conversas havidas entre ambas as partes.

9.º

Ademais, diversas foram as tentativas de a ré pagar à autora, mas as propostas que apresentava, não tinham qualquer possibilidade de serem aceites.

10.º

Já que a ré pretendia ou a redução do pedido para €5000,00 ou o pagamento a muito longo prazo.

2

11.º

Aliás, tentativas que foram também realizadas através dos ilustres mandatários das partes, ora subscritores da injunção e oposição, respetivamente.

12.º

Nunca até à data, e em momento algum, a ré referiu não ter conhecimento do que deve à autora.

13.º

Não obstante tais negociações estarem cobertas pelo sigilo profissional, bem como pelas transações malogradas, previstas no Estatuto da Ordem dos Advogados, será providenciado o respetivo levantamento com vista a fazer prova de que o alegado pela ré é completamente falso.

14.º



ORDEM DOS ADVOGADOS
CONSELHO GERAL

Assim é devido valor destas faturas, que assim como os juros vencidos e vincendos”.

Refere ainda o participante que a participada é a própria a reconhecer que as negociações estão abrangidas pelo sigilo profissional, mas que nunca providenciou pelo respectivo “levantamento” como alegou pretender fazer.

Mas que, ainda que o fizesse, isso não implicaria quaisquer circunstâncias atenuantes à violação do sigilo profissional nos termos do disposto no artigo 87.º, n.º 1, alíneas e) e f) do estatuto da ordem dos Advogados.

Assenta ainda essencialmente o recurso na tese de que o simples facto de a requerida invocar a existência de supostas transações malogradas é já violar o sigilo profissional e utilizar um expediente proibido por lei.

No fundo, pretende o recorrente que o facto de a participada invocar a existência de negociações, mesmo sem referir o seu teor, é por si suficiente para constituir violação da obrigação de sigilo profissional, não podendo tal invocação ser levada em linha de conta no desfecho da acção pelo julgador.

Notificada para se pronunciar a participada ora recorrida vem alegar a fls. 25 e ss., além do mais, que apenas trouxe aos autos informação que o cliente lhe transmitiu, nomeadamente que existiram tentativas de acordo directamente entre as partes, e que referiu ter também intervindo em negociações.

Ou seja, refere por um lado que não alegou factos de que tenha tido conhecimento directo no âmbito de quaisquer negociações malogradas. Por outro, refere que aludiu também à ocorrência de tentativas de conciliação entre advogados, mas que não revelou quais e qual o teor das mesmas.

Ponderada a prova produzida foram os autos arquivados, como se disse, com base no parecer da Exma. Relatora, com o seguinte teor:

“Ponderada a prova documental junta pelo participante e pela participada e o teor das respectivas intervenções nestes autos (participação e pronúncia) não subsistem divergências quanto aos factos ocorridos e em análise nestes autos.

Ora, não se vislumbra que esses mesmos factos constituam ilícito disciplinar praticado pela participada.

Assim, pelos fundamentos aduzidos na pronúncia de fls. 25 e seguintes, em particular o facto de os elementos apresentados pela participada no processo judicial terem



ORDEM DOS ADVOGADOS
CONSELHO GERAL

chegado ao seu conhecimento através da parte que ali patrocina, sou de parecer que os presentes autos devem ser arquivados”.

Não se conformando com a decisão, interpôs o participante recurso e formulou as seguintes conclusões:

1. A simples invocação da suposta existência de negociações frustradas entre “Ilustres mandatários” é uma forma de tentar fazer crer ao julgador que haveria algo a pagar por uma das partes à outra;
2. Se a participada referiu que iria pedir o levantamento do sigilo é porque de facto considerou que haveria um segredo para guardar;
3. As tentativas de dar uma solução extrajudicial ao litígio ocorreram através dos mandatários, não se tratando apenas e só de conversas entre constituintes;
4. Não se trataram, assim, apenas de negociações, supostamente, ocorridas entre os interessados (partes);
5. A invocação da mera existência de negociações malogradas (sem revelar quaisquer pormenores das mesmas) prévias à acção judicial é contrária à deontologia profissional do advogado;
6. O conhecimento da existência de tais negociações é um facto sujeito a sigilo profissional;
7. Sendo certo que tal fato não chegou ao conhecimento da participada através da parte que esta patrocina;
8. Tal facto chegou ao conhecimento da participada através de contactos mantidos entre mandatários (participada e participante).

4

Termina pugnando pela revogação do Acórdão recorrido e consequente prosseguimento dos autos de processo disciplinar.

II. APRECIÇÃO

a) O conhecimento das negociações extrajudiciais

A participada refere que teve conhecimento de negociações que existiram directamente entre as partes através do seu cliente. E que relativamente às



ORDEM DOS ADVOGADOS

CONSELHO GERAL

negociações em que participou não iria revelar o seu teor por estarem abrangidas pelo dever de guardar segredo profissional.

Por seu turno o participado refere que o conhecimento de quaisquer negociações foi obtido através do contacto com os mandatários da contraparte. Mas ao mesmo tempo, diz também, que “não se trataram, assim, apenas de negociações supostamente ocorridas entre os interessados (partes)” – fls. 55 e conclusão 4. das legações de recurso.

Ou seja, admite que existiram negociações entre as partes e entre os mandatários das partes. Facto que coincide com a alegação da recorrida como se disse. Também o participante em momento algum alega que a participada tenha divulgado o teor das negociações havidas entre mandatários. Pelo contrário refere, sim, a 12.^o das alegações, que “não foram revelados quaisquer factos, embora a participante tenha remetido para mais tarde um eventual pedido de levantamento de sigilo”. Por isso defende insistentemente que a invocação da existência de negociações entre mandatários em abstracto é suficiente para constituir violação por parte do advogado.

Assim, resulta provado que a participada apenas revelou efectivamente os factos que lhe foram transmitidos pelo cliente, nomeadamente relativos a negociações ocorridas directamente entre as partes¹, reservando-se, porém, quanto à concretização do teor de negociações em que tenha intervindo ou divulgação de factos conhecidos em contactos com os mandatários da parte contrária.

5

E refira-se, quanto aos factos dados a conhecer pelo constituinte, tratando-se de facto que não é prejudicial ao seu cliente, não terá de ser objecto de sigilo (a não ser que resultasse claro que tais negociações directas entre clientes fossem dirigidas ou arquitectadas por advogado, o que já se poderia discutir e eventualmente colocar sob tal limitação).

Assim, sempre estará apenas em análise a questão das negociações em que tenha intervindo e que revelou terem acontecido, sem divulgar o seu teor.

¹ Se tal conhecimento adviesse de negociações malogradas em que tivesse intervindo ou por via do contacto com a parte contrária ou seu representante, aí haveria então que ponderar se a divulgação de tal conhecimento estaria delimitada no âmbito do segredo. Sempre poderíamos ponderar a questão porque o conhecimento viria do mandatário da parte contrária que poderia estar a prejudicar o seu cliente e a quebrar a confiança estabelecida entre ambos em consequência da actuação do outro advogado a quem transmitiu a informação.



b) A influência, na decisão da causa, da invocação em abstracto de negociações abrangidas pelo dever de sigilo

O participante alega ainda a eventual influência daqueles últimos factos na decisão da causa. Veja-se o que diz no ponto 11.º das suas alegações: «É que a simples invocação da suposta existência de negociações frustradas entre “ilustre mandatários” é uma forma ardilosa encontrada pela participada para tentar fazer crer ao julgador que haveria algo a pagar ao seu constituinte por parte da constituinte do participante».

E mais à frente: «18.º Se tal suspeita deixada “no ar” é ou não suficiente para alicerçar a convicção do julgador, certamente que não é»!

«19.º Todavia, constitui uma pequena “semente”, ardilosamente lançada pela participada, de forma totalmente desnecessária e contrária a sua deontologia».

Compreende-se, em abstracto, a preocupação do participante: É que, no plano extrajudicial, as posições que se vão sucedendo em negociação são, não raras vezes, fruto do momento e de razões de oportunidade. As partes em litígio não estão obrigadas a manter aquelas posições que assumiram em momentos anteriores, precisamente nessa fase de negociações que não chegaram a bom porto. Por isso faça sentido proteger o interesse do cliente não obstante a tomada de posição ou divulgação de factos desfavoráveis através do seu advogado em momento anterior.

Ora, aquela divulgação da existência de negociações sem revelar o seu teor, parece, segundo o próprio queixoso, não influenciar a decisão da causa e por isso sempre será inócua *in casu*. Ou seja, a referência no processo a tais negociações cujo teor nunca foi revelado, não influenciaria a decisão do juiz, o que nos parece aceitável.

De modo que, a *ratio* do instituto do sigilo profissional, a raia também esta particular preocupação levantada pelo participante, não seria violada ou prejudicada. Por outro lado, em momento algum percebemos qual é a posição do réu naquele processo, o que poderia eventualmente influir no nosso raciocínio: ou seja, não decorre da alegação do recorrente que o réu tivesse negado peremptoriamente a existência da dívida, tese que poderia ser prejudicada por eventual alegação da participada no sentido de que existiram negociações. E aí, sim, poderíamos defender que esta alegação podia prejudicar tal tese, pelo simples facto de se afirmar que existiram negociações mesmo sem especificar o seu teor. Mas a verdade é que é o participante a defender a inexistência de consequências para o seu cliente, o que se nos afigura razoável. Sendo também claro não existirem consequências negativas para o representado da arguida.



ORDEM DOS ADVOGADOS
CONSELHO GERAL

c) Fundamentação de direito

Em causa, como se vê o segredo profissional, “timbre da advocacia, condição *sine qua non* da sua plena dignidade”, como o refere o Parecer do Conselho Geral da Ordem dos Advogados de 21-04-81, R.O.A., 41-900, citado por António Arnaut *in* “Estatuto da Ordem dos Advogados Anotado”.

Como é sabido o segredo profissional abrange não apenas os factos revelados pelo cliente e pela outra parte, mas também os factos revelados pelos próprios colegas em tudo o que se relaciona directa ou indirectamente com o exercício da profissão.

A este propósito o Artigo 87.º do E.O.A. que diz o seguinte:

Artigo 87.º

Segredo profissional

1 - O advogado é obrigado a guardar segredo profissional no que respeita a todos os factos cujo conhecimento lhe advenha do exercício das suas funções ou da prestação dos seus serviços, designadamente:

- a) A factos referentes a assuntos profissionais conhecidos, exclusivamente, por revelação do cliente ou revelados por ordem deste;*
- b) A factos de que tenha tido conhecimento em virtude de cargo desempenhado na Ordem dos Advogados;*
- c) A factos referentes a assuntos profissionais comunicados por colega com o qual esteja associado ou ao qual preste colaboração;*
- d) A factos comunicados por co-autor, co-réu ou co-interessado do seu constituinte ou pelo respectivo representante;*
- e) A factos de que a parte contrária do cliente ou respectivos representantes lhe tenham dado conhecimento durante negociações para acordo que vise pôr termo ao diferendo ou litígio;*
- f) A factos de que tenha tido conhecimento no âmbito de quaisquer negociações malogradas, orais ou escritas, em que tenha intervindo.*

2 - A obrigação do segredo profissional existe quer o serviço solicitado ou cometido ao advogado envolva ou não representação judicial ou extrajudicial, quer deva ou não ser



ORDEM DOS ADVOGADOS
CONSELHO GERAL

remunerado, quer o advogado haja ou não chegado a aceitar e a desempenhar a representação ou serviço, o mesmo acontecendo para todos os advogados que, directa ou indirectamente, tenham qualquer intervenção no serviço.

3 - O segredo profissional abrange ainda documentos ou outras coisas que se relacionem, directa ou indirectamente, com os factos sujeitos a sigilo.

4 - O advogado pode revelar factos abrangidos pelo segredo profissional, desde que tal seja absolutamente necessário para a defesa da dignidade, direitos e interesses legítimos do próprio advogado ou do cliente ou seus representantes, mediante prévia autorização do presidente do conselho distrital respectivo, com recurso para o Bastonário, nos termos previstos no respectivo regulamento.

5 - Os actos praticados pelo advogado com violação de segredo profissional não podem fazer prova em juízo.

6 - Ainda que dispensado nos termos do disposto no n.º 4, o advogado pode manter o segredo profissional.

7 - O dever de guardar sigilo quanto aos factos descritos no n.º 1 é extensivo a todas as pessoas que colaborem com o advogado no exercício da sua actividade profissional, com a cominação prevista no n.º 5.

8 - O advogado deve exigir das pessoas referidas no número anterior o cumprimento do dever aí previsto em momento anterior ao início da colaboração.

A propósito citamos ainda o douto Parecer do Conselho Distrital de Lisboa n.º 02/01, no qual foi relator o Dr. José Ferreira de Almeida, que enuncia três grandes ordens de razões que estão na origem da consagração estatutária do dever do Advogado guardar segredo profissional sobre factos e documentos, dos quais tome conhecimento no exercício da profissão:

“a) a indispensabilidade de tutelar e garantir a relação de confiança entre o Advogado e o cliente;

b) o interesse público da função do Advogado enquanto agente activo da administração da justiça;

c) a garantia do papel do Advogado na composição extrajudicial de conflitos, contribuindo para a paz social.”



ORDEM DOS ADVOGADOS

CONSELHO GERAL

Tudo ponderado, afigura-se-nos que a divulgação da mera existência de negociações *tout court*, sem revelar o seu teor, só seria proibida, não obstante inexistir expressa proibição nas als. e) e f) do n.º 1 do Art.º 87.º do EOA, se tivesse consequências negativas para as partes. Só aqui se consideraria violado aquele princípio da tutela da confiança, entre o advogado e o cliente, que o instituto do sigilo profissional procura, além do mais, proteger.

Já assim não será no plano da divulgação em concreto do teor de quaisquer negociações malogradas, independentemente das consequências, o que não é aqui o caso particular.

Por conseguinte, e seguindo aquele douto Parecer do Conselho Distrital de Lisboa, diremos que, *in casu*, não se verifica nenhuma das três grandes ordens de razões ali anunciadas e que determinam o dever de guardar sigilo profissional sobre factos e documentos, dos quais o advogado tome conhecimento no exercício da profissão.

Assim analisada a questão, somos de parecer que inexistente, de facto, matéria suficientemente incriminadora.

9

III. PROPOSTA DE DECISÃO

Tudo visto, é meu parecer:

Negar-se provimento ao recurso interposto e manter-se a decisão recorrida nos seus precisos termos, ou seja, o arquivamento dos autos por se não verificar a prática de factos susceptíveis de constituírem ilícito disciplinar.

À 1.ª Secção para deliberação.

Coimbra, 30 de Julho de 2015

O Relator,

(João Paulo Pimenta)